

## **Qual Agronegócio Afinal?**

13/06/2011

Na semana passada tive a oportunidade de participar de um seminário na Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA-USP), no qual foi lançada a RedeAgro - Rede de Conhecimento do Agro Brasileiro, criada pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icne), com apoio do grupo Pensa/FEA-USP, com a finalidade de debater os grandes temas ligados ao setor agropecuário brasileiro que, diga-se de passagem, não são poucos e muito menos simples.

Dentre os diversos temas apresentados, o mais consensual é o que diz respeito ao potencial de crescimento da produção e exportações agropecuárias esperado para os próximos anos. Não é difícil reunir dados e argumentos que permitam descortinar um futuro extremamente promissor para a atividade. De fato, dentre toda a matriz produtiva brasileira, o agronegócio é hoje a classe de atividade que reúne o maior conjunto de segmentos dotados de um tipo de competitividade que se pode efetivamente adjetivar como estrutural. Essa competitividade estrutural decorre não somente da extensa base de recursos naturais com que o país é dotado mas também da competente base tecnológica que se construiu nas últimas décadas e ainda da robusta base empresarial que se consolidou nos últimos anos. Olhando em perspectiva, há uma convergência de fatores positivos que surgem, pelo lado da oferta, das oportunidades tecnológicas associadas ao dinamismo científico de campos de conhecimento como a genética e a bioquímica e, pelo lado da demanda, da velocidade da expansão esperada para a demanda mundial de produtos da agroindústria, seja para alimentos, seja para energia, que, conjugados, propiciarão ao agro brasileiro uma posição extremamente favorável no cenário internacional nos próximos anos ou mesmo décadas.

O problema aqui é a forte heterogeneidade estrutural que sempre marcou e ainda marca a atividade agropecuária.

Quando o tema do debate volta-se para quais os impactos macroeconômicos que essa exuberância exportadora poderá vir a provocar no futuro alguma controvérsia começa surgir. Alguns analistas mostram preocupação com a possibilidade de que a enxurrada de divisas advinda das exportações de commodities agropecuárias possa implicar doença holandesa (ou agravá-la, para aqueles que entendem que o fenômeno já se encontra em curso). Doença holandesa corresponde a uma situação na qual os setores não exportadores perdem competitividade internacional em consequência da apreciação cambial trazida pelos saldos comerciais gerados pelos setores exportadores, levando o país a um indesejado processo de desindustrialização. Outros entendem que o atual ciclo de valorização do real não reflete posições superavitárias da balança comercial e sim os efeitos da volumosa entrada de capitais no país, descartando a ocorrência de doença holandesa no Brasil, ao menos por enquanto. Com relação a esse debate, as evidências disponíveis são mais favoráveis à tese de que o Brasil enfrenta uma doença de custos, cujos efeitos sobre a inflação são mitigados pela apreciação cambial, pois essa é uma das essências do modelo de estabilização baseado em taxas estratosféricas de juros adotado

pelo país.

Nesse caso, não seria a realocação de fatores de produção em direção às atividades exportadoras de commodities que promoveria a apreciação cambial, como deveria ocorrer de acordo com o mecanismo básico da doença holandesa, e sim exatamente o contrário: seria a apreciação cambial que conferiria condições de sobrevivência apenas aos setores altamente competitivos da estrutura produtiva nacional, razão pela qual as exportações do agronegócio ganhariam peso na pauta de comércio.

Finalmente, quando o tema em debate se transfere para qual o resultado do balanço sócio-econômico e ambiental do atual agronegócio brasileiro, a controvérsia torna-se a tônica. Certamente, não é o caso de proceder a esse balanço no pequeno espaço desta coluna mas tampouco se pode deixar de registrar o ponto central: afinal, de qual agronegócio está se falando? O problema aqui é a forte heterogeneidade estrutural que sempre marcou e ainda marca a atividade agropecuária brasileira. Além de um agronegócio exportador estruturalmente competitivo em virtude de capacitação tecnológica e empresarial acumulada nos anos recentes, coexistem no país outros diferentes modelos de organização da atividade. Estão aí incluídos tanto uma agricultura familiar (ou de pequena escala) moderna, que é ainda uma fração pequena demais da atividade, como um modelo de exploração predatória que, mais do que terra, desperdiça natureza, e que ainda constitui uma fração grande demais da agropecuária brasileira.

Em que medida a pujança esperada para o agronegócio será capaz de contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico nacional depende visceralmente de que o padrão de expansão vitorioso contemple a ampliação da presença do primeiro modelo e a supressão do segundo. É nessa perspectiva que se perfilam as novas questões ligadas à sustentabilidade da expansão da atividade que, justificadamente, vem dominando as acaloradas discussões em torno do novo código florestal. Afinal, de certo modo, os problemas da agropecuária brasileira são os de sempre e estão ligados à capacidade do setor crescer promovendo ou não as necessárias melhorias na distribuição pessoal e regional da renda direta e indireta gerada pela atividade.